VIOLÊNCIA SEXUAL E O TRABALHO DOCENTE: OS ANTAGONISMOS DA "GESTÃO DEMOCRÁTICA" DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Rogéria Martins – UESC
rogerialma@yahoo.com.br
Agência Financiadora: FAPESB

Esse trabalho se propôs a investigar a relação entre a violência sexual e os impactos para o trabalho docente, discutindo a temática do abuso sexual, privilegiando a perspectiva da relação entre os arranjos institucionais (SALES, 2002) e a escola. Analisando as representações que educadores de Salvador têm em relação ao abuso sexual, articulando suas representações com os serviços de atendimento de atenção às crianças e adolescentes da cidade de Salvador. Considerando tanto: a relação do educador diante do fenômeno e a integração da escola nas políticas de atenção à criança e adolescentes; assim como esses elementos atuam na compreensão do silêncio conferida nos educadores diante de comportamentos de alunos vitimizados. Sobretudo refletir sobre as consequências de sua vitimização com os problemas de natureza do ambiente escolar: evasão, repetência, disciplina, desinteresse, dificuldade de ensino-aprendizagem. Essa abordagem se debruça a ampliar o campo de proteção a esses sujeitos no campo educativo.

Pensar a violência contra crianças e adolescentes requer uma reflexão bem delimitada, pela amplitude de sua natureza nas suas múltiplas formas de expressão. A questão envolve o silêncio da sociedade e ocorre em todos os níveis sociais ainda com certa timidez por parte das políticas públicas, principalmente fora dos grandes centros.

A infra-estrutura das políticas públicas na educação ainda não oferece, efetivamente um suporte instrumental transformador, que possibilite a seus interlocutores implicados na questão – família, educadores e rede de proteção integral a criança e adolescentes - fomentar com efetividade as diferentes medidas e ações desses programas, considerando suas implicações educativas com o universo da comunidade. Ainda que

existam os serviços de atendimento para assistência desse problema, as ações não aparecem orquestradas a um objetivo comum. Pela falta de informação, pelo medo, pelo tabu, pela falta de apoio e até inexistência dos serviços de atendimento[1], alguns espaços devem protagonizar a discussão desse tema e esse trabalho se propõe a fazer essa análise no campo da educação.

A promoção dos direitos infanto-juvenis tem sido um campo de lutas travado pelos movimentos sociais, bem como, em suas dimensões mais institucionais, pelas organizações não governamentais e por determinados agentes de organismos governamentais. Toda a discussão realizada a respeito da garantia dos direitos infanto-juvenis tem como questão central o processo de construção da cidadania e a consolidação de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. A questão que se coloca nesse debate é o limite que as expressões da violência tem colocado o trabalho docente. No que concerne às implicações colocadas para o trabalho docente nas suas relações cotidianas com a expressão da vitimização de seus alunos.

O Brasil tem vivenciado nas últimas décadas, avanços institucionais importantes na garantia dos direitos da população infanto-juvenil. Este crescente processo de debates e participação política da sociedade civil começa a mapear os problemas sociais e, dentre outros, inaugura uma nova abordagem das condições de vida de crianças e adolescentes.

A atenção às crianças e adolescentes, no Brasil, pautou-se, historicamente, por ações vinculadas às práticas de controle social em detrimento de práticas balizadas pela promoção de melhores condições de vida e de cidadania. As iniciativas nesta área, no Brasil, foram evidenciadas de um lado, pela lógica de prevenção e de combate ao crime através da educação pelo trabalho e, de outro lado, por empreendimentos de cunho caritativo, voltado às crianças e adolescentes desvalidos (ARANTES, 1990).

[1] Ainda há lugares no Brasil sem pelo menos um Conselho Tutelar ou atendimento muito precário para a demanda. Dos 5590 municípios de todo o país só 3819 municípios possuem CTs. Fonte: Ilanud, 2004. E precisamente na Bahia, segundo dados do Ministério Público (2006), dos 417 municípios, apenas 206 possuem CTs .

Sem dúvida, a promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* tornou-se um instrumento importantíssimo para o reconhecimento da cidadania desta população infanto-juvenil, não mais permitindo sua leitura simplesmente como infratora ou indigente. O Estatuto amplia a visão sobre os direitos da infância e da adolescência, apontando para a adoção de políticas públicas específicas e a garantia de direitos fundamentais.

Um outro elemento a se destacar é o tratamento de questões, como abuso sexual, passou a ter destaques. Toda essa luta em projeção nos anos 80, com relação a crianças e adolescentes, ressaltou como a população infanto-juvenil é vítima de variados tipos de violência: psicológica, familiar, institucional e estrutural. Esse processo fomentou o debate sobre a legitimidade de práticas muito antigas, antes toleradas das mais variadas formas de violência e que são atualmente, imperativamente questionadas, refutadas e não mais legitimadas.

A sociedade brasileira atual destaca, nas reflexões de Adorno e Pinheiro (apud SANTOS, 1999), o dilaceramento das pessoas, através da internalização do "autoritarismo socialmente implantado". A base dessa concepção está no processo de transição política brasileira, marcada na ausência de uma redução do arbítrio do Estado. Essa análise revela as condicionantes de comportamentos culturalmente construídos sob o estigma da negligência e descompromisso, da autoridade e do conformismo com relação às violências que crianças e adolescentes estão sendo vítimas ao longo desses anos, sobretudo no que diz respeito à violência doméstica.

Algumas pesquisas sociológicas destacam a existência de uma variação de determinadas sociedades ou grupos sociais, com relação aos seus valores a respeito da violência, como apresenta Michaud (1989). O nível de tolerância, a dureza e a brutalidade fazem parte de uma norma de vida, devidamente sustentada por grupos sociais. Segundo Adorno (1998), o problema da violência não se baseia somente no aumento da criminalidade, mas no nível de tolerância que essas sociedades se amparam, a partir de codificações de suas normas.

No dizer de Adorno (1998), existe uma inclinação acentuada nas sociedades contemporâneas para a necessidade de institucionalização da punição, que ele explica como uma obsessão social contemporânea, materializada nas chamadas "demandas por ordem social". Sua explicação se orienta pelo modo de funcionamento da sociedade de risco que alimenta toda uma significativa e resistente superestrutura de prevenção e segurança (caracterizada pela disseminação de uma estrutura social de segurança e dos mecanismos de vigilância privada), na tentativa de garantir a liberdade e a segurança. Já que a violência apresenta-se como uma preocupação social constante.

Para a abordagem específica que este trabalho se orienta, esse processo é importantíssimo para se entender a relação do público e do privado, quando se pretende alçar a questão do abuso sexual um problema de ordem pública, porque o que se escapa do domínio político dos sujeitos, pode ser objeto de assujeitamento desses.

Uma das grandes contribuições de Adorno (1998), na análise da fenomenologia da violência, está na anulação, definitiva, em pensar os conflitos numa versão liberal. Ele salienta que o pensamento liberal tende a privatizar conflitos, cuja origem é social. Fatos contemporâneos, marcados por sua origem social – racismo, genocídio, exclusão, narcotráfico, etc não encontram enquadramento nas modalidades circunscritas pelo conflito e litigiosidade na versão liberal, porque o eixo não é o indivíduo, mas o coletivo. O pensamento liberal considera conflitos como desordem entre indivíduos e Estado. Ele estabelece o confronto entre consciência coletiva (consciência marcada pelo imperativo categórico: a sanção) e a consciência individual (responsabilidade penal do criminoso).

Essa abordagem fora refutada por considerações sociológicas mais recentes, muito embora, ainda se resgate com certa força teórica, perspectivas tradicionais para tratar a violência. Atualmente, o inventário teórico elaborado pela sociologia se dirige, mais freqüentemente, às imagens de *caos, fragmentação e decomposição*. Isso significa considerar que, o novo paradigma teórico deve ater-se em aprofundar os limites que

essas duas abordagens se colocaram para o mundo contemporâneo. Segundo Adorno (1999) deve ser capaz de integrar conflito, crise e ordem e, sobretudo, dar conta desse indivíduo em sua multiplicidade subjetiva, desestruturado por um mundo social sem atores, fragmentado - marcado por uma sociedade de riscos, colonizado pelas leis do mercado e pelo *clash* de culturas (TOURAINE, 2003).

Reconhecer que embora o abuso sexual não esteja constituído de uma expressão jurídica formalizada, ela é dimensionada numa categoria **política**, por sistematizar implicações multidisciplinares de ordem *legal*, nas suas diferentes expressões normativas; *clínica*, enquanto um fenômeno de implicações patológicas; *sociológica*, na sua inferência na dinâmica da sociedade nos seus mecanismos políticos (ações diretivas de instrumentos organizados na sociedade) e *antropólogica*, na sua fragmentação de condicionantes culturalmente legitimados.

Uma das primeiras observações a ser considerada é a respeito da dimensão política e pública do tema. A política, segundo Arendt (1992), é o espaço de excelência da liberdade, onde o discurso e a ação se configuram como um instrumento de realização dos homens, no qual se insere no mundo, revelando as realidades e o quanto os sujeitos são dotados de um movimento para o agir. Para a referida autora, viver numa *pólis* tinha o significado de decidir através das palavras e persuasão e não através da força ou da violência. Se a ação está para a dimensão pública, logo política; o social está para a esfera privada, logo moral. Assim sendo, o domínio do espaço doméstico, por exemplo, sofre de prerrogativas constitucionais de seu contexto, prescrevendo administração dos conflitos e a resolução dos problemas particulares, dentro de sua natureza particular, da intimidade.

Contudo, há de se considerar o universo de desigualdades promovidas pela dimensão privada, em razão das relações se estabelecerem nos fundamentos da esfera de valores – base moral. Esses conceitos estão sendo resgatados neste trabalho, em razão de se justificar e procurar entender, na contemporaneidade, aquilo que elegemos como do domínio público ou privado. Alçar a violência no interior da esfera privada,

ao domínio público abre um campo de possibilidades para sua reflexão e sua intervenção e é nesse sentido que procuramos valorizar esse referencial teórico. Por mais que o contexto familiar, privado, ofereça ou apresente um ambiente profícuo, ele não pode ser substituído pela capacidade geradora da diversidade de conformidades que a vida pública pode configurar.

O debate sobre a privatização dos conflitos nos remete à questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Com a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA / 90, que promoveu a criação de arranjos institucionais (SOUZA, 2004, p. 183). Essa orientação marcou, na sociedade brasileira, uma perspectiva nova para crianças e adolescentes, excluídos do acesso aos bens e serviços essenciais à vida, um respeito enquanto sujeitos de direito, que possibilitou uma transformação nas políticas voltadas para a infância no Brasil.

Após a instituição do ECA/90, a concepção da política social destinada ao público infanto-juvenil passa a não ser atribuição exclusiva do Estado, entrando em cena novos atores sociais oriundos de vários setores da sociedade brasileira. Esse movimento é configurado pela problematização do exercício desses arranjos institucionais inovadores – conselhos de direitos, CT configurados no plano das políticas públicas para crianças e adolescentes (SOUZA, 2004, p. 183).

Nesse sentido, a instauração desses arranjos institucionais implica em exercer essa liberdade da ação política, através da participação. Essa ação incide sobre modelos próprios de uma intervenção no campo da liberdade política e não no campo privado das instituições sociais que promovem o desenvolvimento dos papéis sociais, nos quais os indivíduos internalizam seus valores e costumes. O processo político promovido pela dinâmica da participação redimensiona os espaços públicos e alimenta o espírito democrático nas instituições que balizam a formação de crianças e adolescentes. A fiscalização, o controle e a participação são instrumentos políticos que ampliam a capacidade da sociedade de analisar sobre os problemas da situação desses sujeitos de direito.

Contudo, não podemos negar que embora esses arranjos tenham sido criados pelo ECA/90, no sentido de desencadear medidas específicas nas redes de atenção, como proteção, afastamento da vítima do agressor, punição e tratamentos, não funcionam articuladamente com as instituições que balizam a formação desse segmento social. Isso promove fragilidades de suas ações, na medida em que uma base de informações integrada não se constitui como prioridade. A capacidade de fomento à participação fica fragmentada, com ações pontuais e não se estabelece como uma prática internalizada.

Se a violência sofisticou-se, o fenômeno tomou dimensões mais diversificadas e por conta de um processo de democratização das relações sociais, tomou novas formas na contemporaneidade e se ampliou na sua complexidade e nas manifestações concretas da violência contra crianças e adolescentes. O drama do abuso sexual, que tem condenado milhares de pequenas vítimas ao massacre emocional, na sua vida pessoal e na sua realidade escolar, não pode mais ser ignorado. Dos 600 processos que tramitam nas Varas Criminais especializadas da Infância e Juventude, na Bahia, cerca de 70% são crimes de natureza sexual[2].

Quando colocamos a abordagem dentro dessa perspectiva, queremos destacar que a informação existe, mas há a falta de debate e a limitada produção sobre o assunto na dimensão educacional. No Brasil, muitos crimes cometidos contra a infância ainda são subnotificados, por meios de uma sociedade que se caracteriza por uma democracia aparente, que não garante o pleno acesso aos direitos, pois o Estado se orienta a garantir os interesses das classes privilegiadas.

O abuso sexual por ser um fenômeno cujo componente cultural é expressivo, atingindo diversas classes sociais, com um forte componente de gênero e hierarquia etária, sobretudo nas relações desiguais entre homens e mulheres, adultos e crianças, se cerca de subterfúgios que mobiliza ainda mais sua dinâmica. Ainda na tentativa de elucidar a conceituação do fenômeno, segundo Westphal (2002), a violência sexual incide em alguns

[2] Informação obtida na Associação dos Comissários de Menores da Infância e Juventude do Estado da Bahia, em 15/07/2005.

obstáculos para superação desse problema, e destaca os obstáculos de natureza política.

Os obstáculos políticos seriam: primeiro o equívoco por parte das políticas públicas em privilegiar a infância pobre, em relação à infância vitimizada no lar, e segundo, considerar esse fenômeno de ordem privada, logo, isolado nos limites do silêncio. Terceiro, de mistificar as fronteiras do universo colocado, além de não focalizar a atenção na prevenção primária dos casos. Por isso, a importância de se discutir o tema no campo da educação, junto aos educadores, trabalhar com a perspectiva de transformar cada vez mais esse fenômeno nos níveis público e político.

Ampliou-se a percepção do fenômeno e deslocou sua abordagem casualística, ancorado nas interfaces da teoria liberal. O parecer do fenômeno dentro de uma perspectiva privada não encontra ressonância na perspectiva de uma acepção do fenômeno, num conflito entre indivíduo e estado.

Considera-se, neste trabalho, que um dos limites teóricos colocados pela literatura recorrente é a não compreensão do fenômeno do abuso no âmbito público. Sendo assim, sua abordagem deve ser observada a partir de um indivíduo dotado de uma multiplicidade subjetiva e objetiva que é constituída pelo universo multifacetado, em que a dinâmica do abuso reside na sua extensão do fenômeno sob a violência escolar, e a violência enquanto um instrumento.

Perisotto (2001) reconhece que o termo *abuso sexual* pode ser classificado em quatro modalidades: *pedofilia* - que trata de abuso de menores, numa relação incestuosa, a partir da molestação; *estupro* - que se caracteriza pelo ataque sexual, pela violação sexual; *assédio sexual* - que é promovido pela molestação e coerção sexual, e exploração sexual profissional - que pode ser caracterizada por algum tipo de envolvimento sexual entre uma pessoa que está prestando algum serviço de confiança, que está submetida a um poder legitimado, tipo: médico/paciente, psicólogo/paciente, professor/aluno, clérigo/paroquiano, etc.

Este conceito engloba mais significativamente as formas de abuso sexual e explorações perpetradas contra uma criança, por um adulto. Contudo, garante-se, para efeito de violência sexual doméstica e para abuso sexual, todo e qualquer contato sexualizado, vivenciado pela criança ou adolescente, desde falas eróticas, exposição da criança a material pornográfico, até estupro seguido de morte. Dentro do universo de comportamentos que incluem carícias íntimas, relações orais, anais, vaginais com penetração ou não, masturbação, felação, além do voyerismo e exibicionismo, dentre outros, com relações homossexuais ou heterossexuais.

Do ponto de vista legal, não existe uma tipificação penal específica de abuso sexual, mas ela se constitui enquanto crime, na complexidade de suas manifestações de maus-tratos à criança e adolescente. O *Código Penal Brasileiro* não trata, explicitamente, dessa tipificação. Tem-se uma configuração jurídica, através de arranjos variados de tipificações criminais, bem como no enquadramento ao *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990) e nos *Tratados Internacionais* ratificados pelo Brasil, que garantem, em nível mundial, a proteção da integridade total desses sujeitos.

Na ordem mais geral, esses crimes se caracterizam pelo estupro, atentado violento ao pudor e sedução. Na verdade, essas tipificações se somam, se alternam nas expressões da manifestação do abuso sexual. Uma criança, por exemplo, ao ser vítima dessa violência, pode sofrer constrangimento, ameaça, atentado violento ao pudor, pode sofrer estupro e até morrer. Enfim, as formas que configuram o quadro podem ser das mais diversas, das mais perversas e com conseqüências, por vezes irreversíveis.

Para destacar os elementos que compõem essa dinâmica, segue um quadro sistematizado:

FASES	**COMPORTAMENTOS MANIFESTOS DO**	**CARACTERÍSTICAS MARCANTES DOS ATOS**

	ABUSADOR	**DE ABUSO SEXUAL**
Primeira	Sedução/ Envolvimento	Brincadeiras intencionalizadas, aparecimento de recompensas
Segunda	Progressão Sexual/ Materialidade do ato	Caráter concreto das mais variadas formas de contato: carícias íntimas, relações orais, anais, vaginais com penetração ou não, masturbação, felação, além do voyerismo e exibicionismo.
Terceira	Sigilo/Segredo e silêncio	Ameaças e compensações e internalização da cumplicidade com o agressor
Quarta	Revelação: acidental ou proposital	Situação limite da criança: sensação de alívio à culpa.
Quinta	Negação	Submissão aos conflitos sociais e/ou familiares, através da persuasão ou ameaça e chantagem.

Fonte: Pesquisa da autora; material sistematizado através das entrevistas para a presente pesquisa, no segundo semestre de 2005, junto ao CEDECA/BA.

QUADRO 1: Dinâmicas do abuso sexual

Considerando que o fenômeno do abuso sexual, neste trabalho, foi investigado através da categoria de análise das representações sociais, esta pesquisa se reporta a um grande desafio: desvendar o que está subjacente no fenômeno das representações sociais dos educadores sobre o abuso sexual e a escola.

Percurso Metodológico

Entende-se como fenômeno das representações sociais, o conjunto de conhecimento, construído socialmente através de valores, idéias, palavras, "espalhados" nas culturas, nas instituições, nas práticas sociais, nos processos de comunicação interpessoais de massa, no universo consensual de pensamento dos indivíduos e grupos na sociedade. Nessa oportunidade, o caminho sugerido pelos instrumentos teóricos que orientaram esta pesquisa, se constituiu por um estudo de caso múltiplo, em razão da necessidade de um diagnóstico particular. As singularidades e pecularidades desse método desvendaram a originalidade das opiniões desses educadores através dos dados coletados por meio de entrevistas com profundidade, semi-estruturada e notas de campo. Na apreciação desse material discursivo se observou-se a interpretação da análise dos conteúdos.

Os sujeitos envolvidos neste objeto de investigação foram definidos por educadores (direção, orientadores pedagógicos, professores) de duas instituições de ensino da rede pública, do ensino fundamental – das séries iniciais. critério foi definido em razão da proximidade que os educadores desse segmento têm com seus alunos, por ser um segmento de maior vulnerabilidade diante desse tipo de agressão e pela importância desses atores educativos no processo de socialização infantil.

Um outro grupo que não se configurara como de sujeitos especificamente, mas, digamos, como co-sujeitos foram os serviços de atendimento de atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na cidade de Salvador. Essas instituições se constituíram como um suporte de apoio na análise desse objeto, no sentido de entender como as condições das políticas públicas voltadas para essa temática, se encontram garantidas e articuladas com a instituição escolar. Identificar o nível dessa interação foi imperativo também no processo de compreensão das representações sociais dos educadores, analisando seus interesses e o pouco estímulo junto a essas políticas.

Os resultados mostraram que todos os professores entrevistados sentiam dificuldades para lidar com a questão; dificuldades de *ordem*

conceitual, muitas não sabiam responder o que era o abuso sexual; *de ordem institucional*, não sabiam a quem recorrer em casos como esses, não conheciam os serviços de atendimento e nas escolas não tiveram orientação desses arranjos institucionais; de *ordem cultural*, parte dos entrevistados achavam que isso era um problema de família e só ela poderia interferir, muito embora quase todos se diziam responsáveis por notificar aos serviços de atendimento alunos vítimas de maus-tratos.

Esses elementos devem ser contextualizados na sua dimensão, os professores compreendem a necessidade de tornar pública a questão do abuso, mas se encontram num conflito sistemático no trato com a violência, sente-se impotentes e desprotegidos para assumirem uma posição de enfrentamento: a resistência também é colocada pela falta de discussão sobre a sexualidade no contexto escolar.

Percebe-se que os professores compreendem, têm informações detalhadas sobre o tipo e formas de violência que seus alunos são vítimas. Contudo a consciência da gravidade da situação não é suficiente para materialização de projetos dentro da escola que fomentem perspectiva de sua prevenção. Declaram que precisa ser feito algo, mas não se mostram como sujeitos envolvidos nesse processo, esperam que outros profissionais possam realizar, sobretudo da esfera administrativa, ou seja, buscam em outros atores a solução de seus problemas de violência, como declara uma educadora: *"...falta assistência psicológica, deparamos com um problema que não está no nosso alcance..." (E.3).*

Nas declarações apareceram relatos de alunos vítimas de abuso sexual intrafamiliar, abuso entre alunos e terceiros (pessoas que trabalham no entorno da escola) e abuso entre os próprios alunos. Nesse caso pode-se constatar que os sujeitos dessa pesquisa não trabalharam com o discurso falacioso sobre o tema, pelo contrário, dentro de suas limitações científicas sobre o tema, construíram suas representações com assento e referência em suas práticas cotidianas. Mas, a questão das representações sociais dos educadores sobre o abuso sexual apareceu de forma conflituosa, ou seja, suas definições foram marcadas por muitas dúvidas, por vezes não

conseguiam definir e se limitavam a fazer discurso flutuante sobre o tema. As declarações têm um forte componente na precariedade das condições de vida das vítimas, numa relação analítica perigoso, criminalizando a pobreza.

Um outro elemento marcante nessa análise das representações sociais dos educadores sobre o abuso é a moralização dos costumes, de qualquer componente sexualizado. A participação da família é mínima no universo escolar da criança, isso desmobiliza ainda mais os educadores a enfrentarem o problema, em razão do medo de como essa questão poderá ser percebida pela família, sobretudo, porque eles relatam que os grandes problemas das crianças está no seu contexto familiar: crianças agredidas fisicamente e verbalmente; assistem cotidianamente incidentes de violência nas suas relações familiares: a violência doméstica em todas as suas formas.

Os problemas escolares como: repetência, problemas de disciplinas, dificuldades de ensino-aprendizagem e evasão são problematizados e suas causas e implicações foram percebidas nas suas diferentes possibilidades, inclusive pelo abuso sexual como uma das causas. Das entrevistas que apresentaram casos, 90% dos relatos anunciaram que as crianças saíram da escola. Esse é um dado gravíssimo. As formas de lidarem com o assunto foi vivenciado por grande parte dessas educadoras, pouco instrumentalizada, ou seja, não sabem como conduzir um problema desse nível. Um pouco mais da metade das entrevistadas declarou que nunca receberam uma orientação a esse respeito, e tão pouco conhecem os serviços de atendimento.

No que diz respeito as implicações no contexto escolar, apenas um professor não considerou que o abuso sexual tem implicações nos problemas escolares: evasão, repetência, problemas de disciplina, dificuldades no processo ensino aprendizagem. Quase todos disseram que é notório as reações das crianças vitimizadas, seu comportamento se altera consideravelmente, e ao relatarem casos de abuso de seus alunos, quando se tornaram público, a criança quase sempre sai da escola ou, em último caso, muda de turno.

Considerando esses aspectos, a escola então entende que a responsabilidade de qualquer ação sobre a criança e o adolescente é por excelência de seus pais e/ou responsáveis. Contudo reconhecem que a escola deve intervir nesse processo, mas se delega a uma construção mais macro, nesse sentido, que englobaria a secretaria de educação com ações pontuais no processo. Pode-se dizer então que, que no plano real que o tabu do silêncio é endossado pelos educadores, muito embora a escola apareceu em quase todos os serviços de atendimento, com alguma denúncia realizada. O silêncio está marcado pela ação individual e pelo protagonismo da ação política do educador. Considera-se que a escola tem promovido, ainda que incipiente, ação mobilizadora da denúncia, na realidade de Salvador.

Pode-se considerar que nos relatos uma parcela significativa dos educadores entrevistados definiu o silêncio pela categoria vergonha que a família tem em expor o problema. O medo é um outro elemento forte declarado nas entrevistadas, grande parte situou suas causas nessa categoria, que passa, tanto pela pressão familiar, quanto de denunciar por parte da escola e não encontrar resposta num sistema de atenção jurídico eficiente

O campo de atuação dos educadores não é perigoso mais é desprovido de uma consistência política que lhe imprima autonomia em suas atuação mobilizadora. A rede de proteção não engloba os educadores em suas dinâmicas, logo esses educadores se sentem à margem de um processo de construção de limites na dinâmica da violência. A sensibilidade do problema foi conferida por esses educadores, falta-lhes é uma atitude mais segura e mais bem informada sobre a dinâmica do abuso para o desenvolvimento de ações integradas, conjuntas em toda a escola, através do projeto político pedagógico.

Conclui-se que o trabalho caminha na direção de entender esse processo enquanto um fenômeno desestruturado, fragmentado por um mundo social sem protagonistas sociais que sustente essas dinâmicas internalizadas pela cultura e pelo conformismo. A falta de despreparo tanto

da família, da escola e dos serviços de atenção (nesse caso, mais precisamente na ausência de suportes concretos para a realização do atendimento); a fragmentação das políticas públicas de atenção; o tabu manifestado no silêncio dos discursos é característico desse mundo social sem atores, ou seja, atores que não estão alcançando os espaços devidos para a identificação e resolução do fenômeno.

Esse trabalho reconhece a relevância de refletir nas diversas instituições que balizam o universo infanto-juvenil, nas formas com que essas mesmas instituições regulam as pessoas nos espaços constituídos no seu interior, individualizando-os, refletindo sobre a incidência das mais diferentes formas de violência imposta à crianças e adolescentes. Busca-se um caminho para propocionar de forma mais clara, sobretudo para educadores, o universo teórico do abuso sexual, o que significa esse tipo de violência e suas implicações no campo educacional.

A tentativa dessa abordagem é promover um estudo da violência enquanto um fenômeno social com múltiplas causas e destacar seus interlocutores seja numa perspectiva normativa, seja numa perspectiva preventiva. Complexificar a questão dos maus-tratos infantis nos problemas escolares como evasão, repetência, disciplina, dificuldades no processo ensino-aprendizagem e de concentração, queda de rendimento escolar, faltas constantes numa dimensão que tem implicações na experiência de alunos que são vítimas de abuso sexual.

Distinguir conceitualmente a natureza do abuso sexual, facilitar a compreensão das diversas categorias que incidem sobre ela: violência sexual, violência doméstica, exploração sexual, pedolia, estupro, assédio sexual, atentado violento ao pudor, sedução de crianças, de forma mais aprofundada que os canais midiáticos tem promovido. Reconhecer que embora o abuso sexual não esteja constituído de uma expressão jurídica formalizada, ela é dimensionada numa categoria **política.**

Por último, espera-se com esse estudo, promover uma reflexão na ampliação da rede de proteção à crianças e adolescentes, no sentido de alçar a educação, enquanto uma instituição política da sociedade, a reflexão

do fenômeno da violência enquanto uma categoria a ser pensada por educadores e sobretudo desenvolver um esforço teórico que possibilite aprofundar um debate sobre o trabalho docente com os novos paradigamas que a violência tem dimensionado nesse espaço de atuação. O processo de intervenção deve estar colocado para todas as instituições que balizam a formação dos sujeitos e nesse sentido, a educação deve debruçar-se sobre o fenômeno que incidem sobre seus alunos para instrumementalizar e pensar o trabalho docente em bases mais consistente desse campo teórico.

Referências Bibliográficas:

ADORNO, S. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade**. Tempo Social,** São Paulo, v.10, n.1, p. 19-47, maio de 1998.

ARANTES, E.M.M.; MOTTA, M.E.S. (Org). **A criança e seus direitos o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores em debate.** Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio; FUNABEM, 1990. v.1. 86 p.

BARDIN, L. .**Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 230 p. (Persona. Psicologia)

DESLANDES, S. F. **Prevenir a violência:** um desafio para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; ENSP; CLAVES, 1994. 39 p. (Superando a violência, 2).

FRAGA, P.C.P. Política, isolamento e solidão. In: SALES, M.; MATTOS, M.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. 317 p.

GOMES, C. B. A banalização da vida, suas conseqüências e seus condicionantes. **Revista de Ciências Médicas Biológicas**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 89-107, jan/jun. 2004a.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989, 116 p.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 404 p.

PERISOTTO, Luciana. **Abuso sexual**: a violência como doença. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?5>Acesso em: 15 nov. 2005.

SALES, M. A.; MATTOS, M.; LEAL, M. C. (Org.).et al. **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. 318 p.

SANTOS, J. V. T dos (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. 570 p.

SOUZA, R. de O. Participação e controle social. In: SALES, M. A.; MATTOS, M.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. 318 p.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHII, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro Vozes, 2003. 324 p.

TOURAINE, A.. **Poderemos viver juntos?** iguais e diferentes. 2. ed. Rio de Janeiro, 2003. 386 p.

WESTPHAL, M. F. (Org.). **Violência e criança**. São Paulo: EDUSP, 2002b, v. 1, p. 249-266